Atlas escolares municipais e sua proposta no âmbito das políticas curriculares educacionais: considerações iniciais

Míriam Aparecida Bueno [1]

***Resumo**: Esse texto traz algumas considerações iniciais acerca de um debate mais aprofundado que estamos propondo sobre o uso dos atlas escolares municipais no âmbito das políticas curriculares educacionais. Trata-se de uma leitura mais aprofundada do que temos nos documentos oficiais, no âmbito das políticas curriculares educacionais, sobre o ensino de Geografia, e mais especificamente da Cartografia e do estudo do lugar e o que temos nos atlas escolares municipais enquanto uma metodologia de trabalho e de formação do professor. A proposta desse ensaio é ampliar esse debate junto a outros pares da Cartografia Escolar a fim de compreender melhor de que forma o estudo do lugar, a partir da mediação dos atlas escolares, está contribuindo para desenvolver o pensamento espacial dos alunos e o raciocínio geográfico.*

***Palavras-chave**: Cartografia escolar; atlas escolares municipais. políticas curriculares educacionais.*

Municipal school atlas and its proposal in the framework of educational curricular policies: initial considerations

***Abstract:** This text brings some initial considerations about a more in-depth debate that we are proposing on the use of municipal school atlases in the scope of educational curricular policies. It is a more in-depth reading of what we have in the official documents, within the scope of educational curricular policies, on the teaching of Geography, and more specifically on Cartography and the study of the place and what we have in the municipal school atlases as a work methodology and teacher training. The purpose of this essay is to expand this debate with other pairs of School Cartography in order to better understand how the study of the place, through the mediation of school atlases, is contributing to the development of students' spatial thinking and geographic reasoning.*

***Keywords**: School cartography; municipal school atlases; educational curricular policies.*

Introdução

Esse texto traz algumas considerações iniciais de um debate mais aprofundado que estamos propondo sobre os atlas escolares municipais no âmbito das políticas curriculares educacionais. São reflexões preliminares, porém fundamentadas na prática da concepção e elaboração de atlas escolares municipais e na leitura crítica de alguns documentos oficiais.

A concepção inicial dos atlas escolares ocorreu na Universidade Federal de Minas Gerais, nos anos de 1990, sob a responsabilidade de Le Sann (1983), que concebeu, coordenou e elaborou atlas de

[1] Universidade Federal de Goiás, e-mail: miriam.cerrado@gmail.com.

alguns municípios mineiros do Vale do Jequitinhonha/MG, com o objetivo de contribuir com o processo de ensino-aprendizagem de Geografia nos Anos Iniciais. A metodologia utilizada para elaboração desses atlas difundiu-se e tornou-se peculiar nos estudos da Cartografia Escolar, especialmente no que diz respeito ao estudo do lugar e à formação de professores da Educação Básica.

Nessa perspectiva, vários atlas escolares têm sido elaborados, a partir dessa metodologia, em escala estadual e, principalmente, municipal, haja vista a proposta original desse material didático-pedagógico ser o estudo do lugar. Em âmbito institucional, na Universidade Federal de Goiás, desde 2009 coordenamos alguns projetos que envolvem a produção de atlas escolares municipais, inclusive no exterior, como é o caso de Moçambique (Projeto de Mobilidade Internacional, aprovado por edital do Programa CAPES/AULP, intitulado "O estudo do espaço local e sua representação a partir de atlas escolares no Brasil e em Moçambique" – 2015).

Dentre alguns municípios já contemplados com a produção de atlas escolares estão Goiânia (BUENO et al, 2016), Trindade (BUENO, M.A. SILVA, K.A., 2013), Senador Canedo (BUENO, M.A., 2015), Campos Verdes (BUENO, M.A., 2018), Anápolis (BUENO et al, 2017), Goianira (BUENO, M.A., 2015), todos no estado de Goiás, e outros municípios de diferentes estados brasileiros como Ipojuca/PE (BUENO, M.A.; PINHEIRO, A.C.; 2016) Bom Jesus da Lapa/BA (BUENO, M.A.; RIGONATO, V.D.; 2016); João Pessoa/PB (BUENO et al, 2017). Uma observação importante é que faz parte, também, da metodologia de concepção e elaboração dos atlas, a formação dos professores. Daí a relevância desse debate acerca da proposta dos atlas escolares no âmbito das políticas curriculares, uma vez que ele passa a compor o cotidiano da prática docente, o planejamento das aulas, o cumprimento das orientações curriculares etc.

Pensamos a estrutura desse texto, inicialmente, com uma discussão sobre a ideia de Cartografia Escolar presente nos documentos oficiais analisados e as habilidades pensadas para o estudo do lugar. Na sequencia, trazemos a questão dos atlas escolares municipais enquanto mediadores no processo de construção conceitual e de formação dos professores, destacando o debate sobre currículo na escola. Como encaminhamentos finais, entendemos que a proposta desse ensaio é ampliar o debate junto a outros pares da Cartografia Escolar a fim de compreender melhor de que forma o estudo do lugar, a partir da mediação dos atlas escolares, está contribuindo para desenvolver o pensamento espacial dos alunos e o raciocínio geográfico.

Políticas curriculares educacionais e a cartografia escolar

Em documentos oficiais, no contexto das políticas curriculares educacionais, existem orientações para que a Cartografia seja trabalhada desde o início da escolaridade, começando nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental e se estendendo por toda a Educação Básica. Tal afirmativa pode ser observada mediante a leitura e análise de alguns desses documentos, que damos destaque na elaboração desse texto: os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), a Base Nacional Curricular Comum (BNCC), versão final e o Currículo de Referência da Rede Estadual de Educação de Goiás.

Dentre os objetivos básicos para o Ensino Fundamental, pautados nos Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1997), espera-se que o aluno seja capaz de fazer leituras de imagens, de dados e de documentos de diferentes fontes de informação, de modo a interpretar, analisar e relacionar informações sobre o espaço geográfico e as diferentes paisagens; bem como saber utilizar a linguagem cartográfica para obter informações e representar a espacialidade dos fenômenos geográficos. Segundo o referido documento, a linguagem cartográfica contribui, não apenas para que os alunos compreendam e utilizem os mapas como uma ferramenta básica da Geografia, mas também para que desenvolvam capacidades relativas à representação e compreensão do espaço. É por intermédio dessa linguagem que é possível sintetizar informações, expressar conhecimentos, estudar situações, entre outras coisas, sempre envolvendo a ideia da produção do espaço, sua organização e distribuição.

No que se refere ao Ensino Fundamental, o documento enfatiza a necessidade de considerar quais são as categorias da Geografia mais adequadas para os alunos em relação à sua faixa etária, em relação ao momento da escolaridade em que se encontram, e às capacidades que se espera que eles desenvolvam. Embora o espaço geográfico deva ser o objeto central de estudo, as categorias paisagem, território e lugar também são abordadas, principalmente nos Anos Iniciais, quando se mostram mais acessíveis aos alunos, tendo em vista suas características cognitivas e afetivas.

Pautado na Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2017), o documento ressalta que o componente curricular de Geografia deve garantir aos alunos o desenvolvimento de certas competências específicas. No caso da Geografia espera-se que o aluno desenvolva, dentre outras competências, o pensamento espacial, fazendo uso das linguagens cartográficas e iconográficas, de diferentes gêneros textuais e das geotecnologias para a resolução de problemas que envolvam informações geográficas. O documento destaca que na fase dos Anos Iniciais do Ensino

Fundamental é essencial que os alunos consigam saber e responder algumas questões a respeito de si, das pessoas e dos objetos: “Onde se localiza? Por que se localiza? Como se distribui? Quais são as características socioespaciais?” Essas perguntas devem mobilizar as crianças a pensar sobre a localização de objetos e de pessoas no mundo, permitindo que compreendam seu lugar no mundo.

A partir de documentos como esses, o ensino/aprendizagem em Geografia tem sido alvo de várias inquietações no que se refere ao desenvolvimento e aplicabilidade de metodologias que possam garantir a contribuição dessa disciplina na vida cotidiana do aluno, tanto no aspecto científico, quanto na construção de significados sociais e no desenvolvimento de um raciocínio e habilidades crítico-espaciais.

Ao longo de todo o processo em que a Geografia se constituiu enquanto disciplina, muitas influências de cunho teórico-metodológico já moldaram essa ciência, passando por uma perspectiva de descrição do espaço até a sua compreensão como um produto das relações humanas. Já no âmbito educacional, existe dentro da Geografia caminhos que possibilitam a formação de um indivíduo mais atento às questões espaciais da realidade que o cerca, saindo somente da descrição e adentrando na prática da reflexão, da perspectiva analítica, de modo que o próprio indivíduo consiga, por meio do desenvolvimento de suas habilidades crítico-espaciais, produzir e ler representações do espaço geográfico.

A partir de uma postura mais investigativa e significativa do ensino de Geografia na Educação Básica, o desenvolvimento das práticas escolares deve buscar caminhos, metodologias que propiciem a produção de um raciocínio geográfico, buscando a passagem do pensamento espacial, que se baseia somente nas noções básicas, para um raciocínio geográfico, associando a essas noções básicas os conceitos geográficos, a dimensão humana, social, política e cultural, em uma dimensão cíclica.

A ênfase nos lugares de vivência, dada nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental oportuniza o desenvolvimento de noções de pertencimento, localização, orientação e organização das experiências e vivências em diferentes locais. Segundo o referido documento, essas noções são fundamentais para o trato com os conhecimentos geográficos, entretanto o aprendizado não deve ficar restrito apenas aos lugares de vivência. Outros conceitos articuladores, como paisagem, região e território vão se integrando e ampliando as escalas de análise.

O estudo do lugar é essencial no processo de ensino-aprendizagem uma vez que ele permite ao aluno dar significações ao espaço em que vive e compreender as relações que tece com a sociedade. A construção desse conceito no ensino de Geografia é mediado pelos conteúdos escolares, tanto aqueles sugeridos nos documentos oficiais das políticas curriculares que vigoram no país e que servem de referência para os professores organizarem seus trabalhos quanto outros conteúdos que os professores elegerem como importantes para essa construção.

Para Cavalcanti (2008), o conceito de lugar é um dos conceitos estruturadores para o ensino de Geografia nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Para essa autora,

> A revalorização que existe, hoje, da experiência no local como um elemento do global atribui uma importância decisiva a esse conceito na educação geográfica. Nesse sentido, os fenômenos que a Geografia estuda devem ser considerados resultantes de um processo histórico situado em um determinado local, mas visto também na perspectiva internacional/global. (CAVALCANTI, 2008, p. 49)

Para isso, é preciso propor um conhecimento significativo do espaço vivido, do lugar percebido e concebido pelo educando. A Geografia sempre se caracterizou por estudar as questões em uma perspectiva de diferentes níveis territoriais, porém, atualmente, nos documentos curriculares, são apresentadas outras categorias de análise como o cotidiano e o local, acrescidos do regional. Em nossas atividades de ensino, na experiência com alunos, temos observado que outros elementos dão significados aos lugares, e que esses significados, uma vez ligados ao empírico dos alunos, ao seu cotidiano, propiciam o conhecimento de elementos da realidade objetiva e global.

Dessa forma, as políticas curriculares locais também necessitam ser consideradas, como é o caso do Currículo de Referência da Rede Estadual de Educação de Goiás (2013), referenciado nas legislações vigentes, nas Diretrizes e Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) e na matriz curricular do Estado de Goiás (GOIAS, 2007). É por compreender a importância do currículo para a construção do conhecimento escolar, que analisamos o lugar da Geografia nos documentos que regulamentam a Educação Básica no Brasil na atualidade.

Esse documento evidencia a utilização de diferentes linguagens e recursos no processo de ensino e aprendizagem e enfatiza a importância da linguagem cartográfica na construção do conhecimento Geográfico. A Cartografia é entendida nesta proposta como linguagem peculiar da Geografia e, ao mesmo tempo, como conteúdo que deve ser trabalhado com os estudantes para o desenvolvimento de noções, conceitos e habilidades. Portanto, deve ser concebida, como

conteúdo relevante que deve ser trabalhado em todo o ensino, de maneira sequencial, para os estudantes apropriarem-se desta linguagem. Dessa forma eles podem desenvolver habilidades da alfabetização cartográfica fundamentais para a observação, leitura, comparação, interpretação, construção e tratamento das informações contidas nos mapas, plantas, cartas e em outras formas de representação.

O que se pode verificar é que esse debate está diretamente relacionado à discussão de currículo. E embora esse não seja o tema principal desse texto, faz-se necessário algumas considerações a fim de nos posicionarmos frente à essa questão.

O debate sobre currículo ou sobre "o quê" e "como ensinar" tem-se tornado uma questão frequente nas discussões sobre a escola, sejam aquelas realizadas na mídia, no meio político ou nos cursos de formação de professores, e ele tem sido tema presente em todas as agendas de reforma educacional nas últimas décadas, especialmente considerando-se os resultados decorrentes dos exames e provas de larga escala que vêm sendo realizados no país desde os anos 1990.

No entanto, tratar desse tema não é questão simples, visto que há uma variedade de posições a respeito. A complexidade encerrada no termo currículo começa pela existência de múltiplas definições. Muitas vezes ele se reduz a conteúdos a serem ensinados, que acabam por restringir-se a planos e programas de estudo. Outras vezes, é compreendido como tudo que ocorre na escola, de modo a formar as múltiplas identidades dos estudantes, o que lhe dá uma conotação tão ampla que acaba por confundi-lo com as várias dimensões do processo pedagógico.

Nesse sentido, há que se considerar que essa definição é polêmica e que "haverá sempre conflitos e luta de interesses na definição de um currículo. Um currículo, mesmo quando elaborado por um grupo que compartilha de ideias comuns, representa sempre um consenso precário em torno de algumas ideias" (SANTOS, 2002, p. 354).

A despeito disso, Reis (2015) explicita que,

> A vitória de uma posição implica sempre a derrota de outra e o que torna uma proposta vencedora são fatores sociais, eventos políticos, entre outros elementos. Nesse embate, os vencidos não se calam e, geralmente, colocam-se no campo da crítica e da resistência à implementação da proposta vencedora. (REIS, 2015, p.17)

Vale destacar, ainda, que esses currículos podem configurar-se como proposta de caráter nacional ou local. Os gestores educacionais, por sua vez, também participam ativamente da definição dos currículos escolares. Tal participação é diferenciada conforme a esfera administrativa à qual estão

ligados. Por sua vez, especialistas por área de conhecimento e estudiosos do campo curricular podem também influenciar na elaboração dos currículos, já que os resultados de suas pesquisas podem sinalizar a necessidade de mudanças nas escolas. No geral, esses estudos têm como foco os muitos desafios e dificuldades vivenciados pelas escolas.

Na outra ponta desse processo temos os professores, que também atuam na (re)elaboração e na gestão do currículo, pois, ao lidarem cotidianamente com ele em suas salas de aula, são instados a adequá-lo às exigências da sua realidade concreta. Em meio a toda essa complexidade que abrange o currículo, os professores se veem envolvidos principalmente, em vários dilemas práticos do desenvolvimento curricular que, no dia a dia, os incita a responder questões acerca do que ensinar, como, quando, de que maneira e com qual objetivo.

Os professores têm que conciliar tudo isso com as recomendações postas nos documentos oficiais. E não bastassem tais documentos como mediadores da prática curricular docente, há também a influência, muitas vezes determinante, do livro didático como indutor das escolhas curriculares, além da provável interferência que os exames padronizados colocam atualmente sobre os currículos. Assim, eles leem, interpretam, concordam, discordam, implementam as recomendações conforme suas concepções e convicções. Portanto, “os professores também são produtores das políticas [curriculares] existentes, seja quando incorporam princípios oficiais, seja quando resistem...” (LOPES, 2004, p. 197).

Voltando a discussão para a questão da Cartografia Escolar, é importante destacar que a mesma passou a ser incluída e reconhecida como área e linguagem de comunicação pertinente ao ensino de Geografia, em diversos documentos oficiais como os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) (BRASIL, 1998), o Guia do Programa Nacional de Avaliação do Livro Didático (PNLD) (BRASIL, 2009), na publicação dos “Direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento para o Ensino Fundamental” (BRASIL, 2012), e em inúmeros livros didáticos de Geografia e nos currículos organizados pelos Estados ou municípios brasileiros.

Obviamente que existe a presença da Cartografia Escolar nesses documentos, o que sugere a inserção também nas orientações curriculares, porém não como parte da mesma concepção conforme consta em alguns debates internos sobre a alfabetização cartográfica (SIMIELLI,1999). Pesquisadores como LE SANN (2009); SIMIELLI (2007); PASSINI (1994); ALMEIDA (1999) utilizam diversos termos para se referirem ao mesmo processo. São eles: “alfabetização cartográfica”, “educação cartográfica” ou “iniciação cartográfica”, porém todos giram em torno da valorização

de se trabalhar a Cartografia “para” e “com” as crianças e escolares (RICHTER,D; BUENO. M. A. ,2013). As mesmas valorizam e destacam a importante participação da Cartografia, enquanto saber necessário para o desenvolvimento do pensamento geográfico dos alunos ao longo da Educação Básica.

Atlas escolares municipais no contexto da construção do conceito de lugar

Um dos preceitos básicos na elaboração dos atlas escolares municipais é de que as informações necessárias para o conhecimento geográfico, numa escala municipal, devem ser apresentadas de maneira simples utilizando-se uma linguagem adaptada aos alunos de cada nível de ensino e pautadas nas demandas curriculares e regionais. Nos materiais disponíveis nas escolas, mais especificamente nos livros didáticos disponíveis, não é possível o acesso a esse conteúdo escolar uma vez que a proposta dos mesmos não é a escala local.

A proposta dos atlas escolares municipais vem suprir a necessidade de um material específico, que leve os alunos a uma consciência da espacialidade dos objetos, dos fenômenos que eles vivenciam, como parte da história social. A perspectiva de responder às perguntas “onde?” e “por que nesse lugar”, demonstra a especificidade da Geografia contida nesses atlas, que vai além da localização, visando buscar a significação dos lugares.

Para a formação do conceito de lugar, ultrapassando suas manifestações fenomênicas individuais (CAVALCANTI, 2013), faz-se necessária a reflexão sobre os lugares da prática imediata, do cotidiano. Mas não somente isso faz-se necessário também o desenvolvimento das habilidades de orientação, localização, representação, enfim. A reflexão sobre o seu lugar, e a significação desse no seu cotidiano, exige que o aluno desenvolva determinadas habilidades espaciais e ainda, que ele tenha informações objetivas do seu lugar e de outros lugares.

Os atlas escolares municipais e suas atividades cartográficas se constituem em um instrumento de exploração do espaço. O ensino do lugar por meio dos atlas escolares conduz à compreensão da cidadania como participação social e política. Desde as primeiras etapas da escolaridade, o ensino da Geografia pode e deve ter como objetivo mostrar ao aluno que cidadania é também o sentimento de pertencer a uma realidade, na qual as relações entre a sociedade e a natureza formam um todo integrado, constantemente em transformação, do qual ele faz parte e, portanto, precisa conhecer e sentir-se como membro participante, afetivamente ligado, responsável e comprometido historicamente.

A apropriação do espaço de representação traz a compreensão da Geografia Escolar e de seu objeto de estudo. Na elaboração de um atlas escolar com fundamentação geográfica, são fundamentais os conceitos de lugar, de espaço, de paisagem, de escala e de representação. As especificidades regionais de cada atlas elaborado, conduzem o aluno à clareza dos conceitos geográficos que podem ser abordados de forma clara, dentre eles os conceitos de vegetação, relevo, bacia hidrográfica, poluição, preservação, organização social e econômica etc.

Durante o trabalho com o atlas, o aluno é levado a perceber as relações que existem dentro do que observou, passa a tomar consciência e atribuir significados à suas observações. Quando analisa, o aluno procura os significados e compara as partes observadas, em diferentes estágios de leitura. Na interpretação, busca ligar os novos significados aos já existentes, e assim, tira novas conclusões e levanta hipóteses. A comunicação dessas conclusões pode ser feita por meio da linguagem escrita, falada ou através de desenhos e croquis. Os atlas escolares municipais destinam-se, prioritariamente, aos Anos Iniciais do Ensino Fundamental onde, de acordo com as orientações curriculares, são abordados os temas relacionados ao estudo do lugar, numa escala municipal.

De acordo com pesquisas já realizadas (BUENO, 2008), os professores que atuam nessa etapa de escolaridade não possuem formação específica nas diferentes áreas que ensinam. São professores com formação superior em Pedagogia, habilitados para o trabalho com alunos dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, porém com menos aporte teórico-metodológico para o trabalho com os conteúdos específicos das diversas disciplinas que ensinam. Nesse caso os atlas escolares contemplam a outra parte da sua proposta de formação, a dos professores. Uma formação continuada, na perspectiva do aprender juntos.

Por intermédio da linguagem cartográfica, os atlas contribuem para a construção do conceito de lugar no ensino de Geografia, de forma sistemática e significativa, e assim se constituem como materiais relevantes para o estudo deste conceito, por articular a relação da identidade da sociedade com o espaço ao qual está inserida, e ao qual pertence.

Consideramos que é preciso trabalhar a dimensão formadora da Cartografia na construção de conceitos geográficos, fundamentados na percepção e representação do espaço. Neste sentido, o objetivo é formar o pensamento espacial; e formar esse pensamento é mais que localizar, é entender as determinações e implicações das localizações, e isso requer referências teórico-conceituais. Ao pensar a Cartografia como um componente curricular, pensamos além de uma

Cartografia Geográfica (GIRARDI,2007), pensamos numa Cartografia Escolar, que é uma área do conhecimento que se encontra em construção, tanto em âmbito científico, da pesquisa, quanto em âmbito escolar.

Outro aspecto que vale destaque é de que o trabalho com os mapas, com uma prática baseada na leitura e na interpretação das representações cartográficas, proporciona um amparo seguro para o exercício da docência, além das novas estratégias de ensino que provocam a criatividade e inventividade dos professores, bem como a utilização das experiências pessoais como fonte de aprendizagem e estímulo para a participação dos alunos. Desse modo, contribuir para a formação docente com um material específico que aborda a localidade sob o viés da análise espacial é um dos encaminhamentos das nossas pesquisas com atlas escolares.

Sobre as perspectivas de continuidade do debate

Retomando as considerações anteriores sobre o estudo do lugar, o ensino de Cartografia e os documentos oficiais, por meio das proposições das políticas curriculares educacionais, percebemos que as reflexões avançam no sentido de dar maior ênfase ao potencial formador dos atlas escolares municipais para professores e alunos, como material didático que abarca requisitos necessários para atender as demandas curriculares e específicas do lugar nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental e sua relação, de forma direta, com a discussão de currículo.

Mas não somente isso. Existe um debate que vem tomando maiores proporções ao se pensar a Cartografia Escolar, que se refere ao pensamento espacial e ao raciocínio geográfico. É importante esclarecer que o pensamento espacial é um campo de estudo recente no ensino da Geografia e da Educação e que as pesquisas ainda não estão consolidadas, porém acreditamos ser esse um dos caminhos para se pensar a proposta dos atlas escolares no ensino e na formação docente, uma vez que trata de uma forma de organização do pensamento, podendo orientar a didática do professor em sala de aula.

Para DUARTE (2017),

> O domínio de habilidades intelectuais ligadas à capacidade de operar com conceitos espaciais e com representações espaciais internas e externas são fatores fundamentais do processo de desenvolvimento do pensamento espacial. Isso é aplicável a situações que vão desde um simples rascunho em uma folha de papel durante uma palestra até o uso de sofisticados Sistemas de Informação Geográfica (SIGs).

Acreditamos ser pertinente ampliar esse debate junto a outros pares da Cartografia Escolar a fim de compreender melhor de que forma o estudo do lugar a partir da mediação dos atlas escolares está contribuindo para desenvolver o pensamento espacial dos alunos.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, R. D. Do desenho ao mapa: iniciação cartográfica na escola. São Paulo: Contexto, 2001.

_____. Cartografia Escolar. São Paulo: Contexto, 2007.

_____; PASSINI, E. Y. Espaço geográfico: ensino e representação. São

Paulo: Contexto, 1989.

BUENO, M.A. Atlas Escolares municipais e a possibilidade de formacão continuada de professores: um estudo de caso em Sena Madureira / AC. Campinas, SP, Tese (Doutorado), Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, 2008.

BUENO, M.A.; OLIVEIRA, I. J.; MORAES, L. B.; RICHTER, D. Atlas Escolar Municipal de Goiânia. Goiânia: Ed. C&A Alfa Comunicação, 2016.

BUENO, M.A.; PINHEIRO, A. C. Atlas escolar geográfico, histórico e cultural do Ipojuca. Goiânia: Ed. C&A Alfa Comunicação, 2016.

BUENO, M.A. Atlas escolar geográfico, histórico e cultural do Estado do Tocantins. Goiânia: Ed. C&A Alfa Comunicação, 2016.

BUENO, M.A.; RIGONATO, V.D. Atlas escolar municipal de Bom Jesus da Lapa. Goiânia: Ed. C&A Alfa Comunicação, 2016.

BUENO, M.A.;SILVA, A. K. Atlas Escolar Municipal de Trindade. Goiânia, Ed. Cia Alfa Comunicação, 2013.

BUENO, M.A.; MORAES, L.B.; RODRIGUES, I. F.S.; CUNHA, W.C.F. Atlas Escolar Municipal de Anápolis. Goiânia: Ed. C&A Alfa Comunicação, 2017.

BUENO, M.A.; Atlas Escolar Municipal de Goianira. Goiânia: Ed. C&A Alfa Comunicação, 2015.

BUENO, M.A. Atlas Escolar Municipal de Senador Canedo. Goiânia: Ed. C&A Alfa Comunicação, 2015.

BUENO, M.A. Atlas Escolar Municipal de Campos Verdes. Goiânia: Ed. C&A Alfa Comunicação, 2018.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília : MEC/SEF, 1997. 126p.

_____. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular – BNCC versão final. Brasília, DF, 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. Base nacional comum curricular. Brasília, DF, 2017. Disponível em: < http:// http://basenacionalcomum.mec.gov.br/a-base/. Acesso em: abril, 2018.

DUARTE, R. G. Educação Geográfica, Cartografia Escolar e Pensamento Espacial no segundo segmento do Ensino Fundamental. São Paulo: Tese de Doutorado. FFLCH, USP, 2016.

_____. A linguagem cartográfica como suporte ao desenvolvimento do pensamento espacial dos alunos na Educação Básica. Revista Brasileira de Educação em Geografia, v. 7, n. 13, p. 187-203, jan/jun de 2017.

GOIÁS. Secretaria de Estado da Educação. Currículo Referência da Rede Estadual de Educação de Goiás: versão experimental. Goiânia, 2013.

HONDA, J.D. dos S. Políticas curriculares e atlas escolares municipais: contribuições para o estudo do lugar. Goiânia: UFG, 2017. (Dissertação de Mestrado)

LASTORIA, A. C. A construção coletiva do atlas escolar do município de Ribeirão Preto. Dialogus, v. 4, n. 1, p.125-140, 2008.

LESANN, J. G.; SILVA, Míriam Aparecida Bueno; MOURA, Ana Clara Mourão. Atlas escolar de Gouveia. Diamantina: Prefeitura Municipal de Gouveia, 1997. (36 pranchas; 2a ed., 1998; 3a ed., 1999

LESANN, J.G. Geografia no Ensino Fundamental I. Belo Horizonte: Editora Argvmentvm, 2009.

LESANN, J.G. Metodologia para introduzir a Geografia no Ensino Fundamental. In: ALMEIDA, R.D. de. Cartografia Escolar. São Paulo: Contexto, 2010.

LOPES, Alice Casimiro. Interpretando e produzindo politicas curriculares para o ensino médio. In: FRIGOTTO, Gaudêncio e CIAVATTA, Maria (orgs.). Ensino Médio: ciência, cultura e trabalho, pp. 191-206. Brasília: MEC/SEMTEC, 2004.

NASCIMENTO, D. T. F.; SANTOS, N. B. F. dos . Elaboração do atlas Escolar de Goiás. In: COLÓQUIO DE CARTOGRAFIA PARA ESCOLARES, 2016, Goiânia. Anais, 2016. p. 35-41

PASSINI, Elza Yazuco. Alfabetização cartográfica e o livro didático: uma

análise crítica. Belo Horizonte: Editora Lê, 1994. 94 p.

REIS, Geovana. A Gestão do currículo escolar da Rede Municipal de Ensino de Goiânia [manuscrito] : entre "obrigações" curriculares e práticas "autônomas" . UFG, 2015.

REIS, Geovana. O Currículo escolar e o arbitrário cultural dominante. In: OLIVEIRA João Ferreira de; PESSOA, Jadir de Morais. Pesquisar com Bourdieu, pp. 55-72. Goiânia, GO: Cânone Editorial, 2013.

RICHTER, D.; BUENO, M.A. As potencialidades da Cartografia Escolar: a contribuição dos mapas mentais e atlas escolares no ensino de Geografia. Revista Anekumene, junho-2013.

SANTOS, N. B. F. dos.; NASCIMENTO, D. T. F.; BUENO, M. A. Atlas escolar

geográfico, histórico e cultural do estado de Goiás. Goiânia: C&A Alfa Comunicação, 2016

SANTOS, Lucíola Licínio de C. P. Politicas públicas para o ensino fundamental: Parâmetros Curriculares Nacionais e Sistema Nacional de Avaliação (SAEB). Educação & Sociedade: Revista de ciência da Educação. Campinas, p. 246-367: CEDES, vol. 23, n. 80, set. 2002.

SILVA, K.A. e. A formação continuada de professoras do Ensino Fundamental I, a partir do atlas escolar municipal de Trindade (GO). Goiânia: UFG, 2014. (Dissertação de Mestrado)